

Constituição, da Páscoa ao Natal

ARY RIBEIRO

Neste início de semana, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reunirá as lideranças partidárias para com elas acertar como serão feitas as votações em plenário, que começam na quarta-feira, dia 27. Será o início da fase decisiva dos trabalhos. Até agora, tudo o que vinha sendo votado e aprovado ainda podia ser inteiramente alterado.

Daqui para a frente, não: o que for aprovado ou rejeitado, o será praticamente em caráter definitivo. Concluída a votação do projeto, ele será submetido a um segundo turno de discussão, mas então só serão admitidas emendas supressivas ou destinadas a corrigir erros ou contradições, sanar omissões ou corrigir a linguagem. Poderão, portanto, ser ainda suprimidos determinados pontos do projeto, mas não modificados.

O processo de votação está disciplinado pelo regimento interno, com as alterações feitas com base na proposta do Centrão, aprovadas no dia 5 deste mês. Mas há parmenores que ainda poderão ser acertados pelas lideranças. É o caso, por exemplo, da inversão da pauta, que o regimento interno não autoriza. Diz expressamente que "a votação será realizada na ordem crescente dos capítulos, seções, subseções e seus respectivos artigos, não sendo admitido requerimento de preferência de um sobre outro". Está aí a barreira que impede

a Constituinte de começar as votações, como deseja o Palácio do Planalto, pelas duas questões políticas mais polêmicas: o mandato do atual presidente da República e o sistema de governo. Mas se as lideranças partidárias estiverem de acordo, esse obstáculo regimental deixa de existir, pois Ulysses Guimarães já avisou que "o regimento existe para ajudar e não para atrapalhar".

As lideranças poderão acertar também a questão da votação de preferência para os destaques requeridos pelos constituintes. Até terça-feira, cada constituinte pode apresentar até seis pedidos de destaques. O destaque é a forma de separar um ponto qualquer do projeto ou de substitutivo ou alguma emenda, para que seja votado à parte e não em bloco, como está no parecer do relator Bernardo Cabral. Se todos os constituintes completarem a sua quota, serão 3.354 pedidos. Depois, na hora da votação da matéria, poderá ser requerida preferência para determinados destaques, desde que apoiada por 50 constituintes ou por mais de 187 quando for para votar em separado parte do projeto ou de substitutivo. Nesse caso, para acelerar os trabalhos, como se fez na fase final da Comissão de Sistematização, as lideranças poderão selecionar apenas alguns poucos destaques que considerarem mais importantes (até porque muitos incidirão sobre os mesmos pontos), para que obtenham

preferência. Os substitutivos e as emendas subscritos por mais de 200 constituintes (maioria absoluta) já têm preferência automática. Mas não para serem votadas antes da hora: a preferência é dada dentro do respectivo título, capítulo ou seção.

Mesmo que as lideranças venham a concordar com a inversão da ordem da votação, para se deliberar primeiro sobre o mandato do presidente Sarney e sobre o sistema de governo — o que no entender de um dos principais coordenadores parlamentares do governo, o ministro Prisco Viana (PMDB-BA), seria bom para "afastar logo dois fatores emocionais que podem afetar todas as decisões" — isso não ocorrerá logo na primeira sessão. Tanto os que são a favor dos cinco anos para o presidente Sarney quanto os que são contra haveriam de querer um pouco mais de tempo para mobilizar as suas forças.

Quanto ao tempo que o processo de votação vai levar, depende muito das lideranças partidárias. O líder do PDS, Amaral Netto, fez cálculos que incluem o tempo destinado a cada orador, o tempo de votação de cada destaque e os "buracos negros", que podem levar à suspensão das sessões por até 72 horas. E a conclusão não é otimista: a nova Constituição, diz ele, "só virá no Natal, com Papai Noel". Ulysses Guimarães não concorda: é, otimista, continua garantindo que a Constituição estará pronta em abril, na Páscoa.

O projeto do Centrão e a realidade nacional

BONIFÁCIO DE ANDRADA

Ao contrário do que se tem dito, o projeto apresentado pelo Centrão visa, entre outros objetivos, resgatar a pobreza do povo brasileiro, privilegiando o trabalho e propiciando ao capital novas oportunidades de expansão da riqueza e do progresso. Igualmente, busca retificar, nessa proposta, uma série de deficiências no que se refere às nossas instituições políticas, dominadas por uma linguagem populista e demagógica que contraria os melhores preceitos democráticos.

Aos que se insurgem contra o projeto, chamando-o de retrógrado e medieval, cumpre lembrar que o mesmo procura, exatamente, evitar que o Brasil mergulhe no mais grave processo de atraso e subdesenvolvimento a que se encontra ameaçado pelo absurdo projeto que quase lhe é imposto pela Comissão de Sistematização, o qual não coincide com a vontade majoritária da Assembleia Constituinte.

Conduzir a Nação à pobreza, pela inviabilização da empresa privada, que se veria asfixiada e submetida a uma intervenção econômica que nos levaria ao reino da tecnocracia e do autoritarismo administrativo; afugentar o capital estrangeiro, pela adoção constitucional de conceitos e parâmetros alimentados por uma vocação xenófoba incompatível com nosso plano; levar as instituições nacionais a um estado de paralização, através de métodos administrativos antidemocráticos e burocratizantes, sob um estatismo anacrônico; procurar redizer nossa história para conformá-la a princípios ideológicos alienígenas e contrários à verdade dos fatos e à evolução do nosso povo. Tudo isso constitui parcela ponderável do projeto da Comissão de Sistematização, que quase nos lançou em uma via sem retorno, caso a maioria da Assembleia Constituinte não se tivesse erguido contra essas tendências políticas que não interpretam seu pensamento e, muito menos, os anseios da Nação brasileira.

Não bastasse toda essa aliança incompreensível que envolveu representantes do povo desvinculados de suas bases eleitorais e das comunidades de origem, distantes da realidade nacional, influenciados por atuentes intérpretes do sócio-populismo brasileiro, alguns ilustres articulistas ainda se postam com os mesmos retrócos e a mesma falta de capacidade analítica para, uma vez mais, procurar inverter a ordem das coisas e o significado das palavras. Para tais oráculos da nova ordem, proteger o trabalhador é o mesmo que retirar-lhe o emprego, já que forçar juridicamente sua estabilidade equivale, na prática, a condená-lo ao desemprego; estatuir que o subsolo e os bens minerais são propriedades da União é, no mínimo, desconhecer que a estatização desses recursos não beneficiará ninguém, quando a doutrina tradicional brasileira, desde 1834, com o ínclito Juarez Távora, insere tais bens como domínio da Nação, suscetíveis de exploração por parte de empresa privada, sob a fiscalização do Estado; inserir no texto constitucional um preceito segundo o qual o mercado interno é patrimônio nacional, isto é, integrado aos bens da Fazenda Federal, é atribuir ao Estado a função de gerenciar esse mer-

cado, ou seja, a de nele poder intervir como quiser, o que acarretará obstáculos notórios à criatividade e à liberdade de pesquisa e de avanço tecnológico; estatizar a medicina e a educação, para subjugá-las aos interesses da burocracia, não do povo, e inviabilizar a previdência social por meio da criação de encargos cujo suporte recairia, novamente, sobre a atividade econômica — trabalhadoras e empregadores — completam esse quadro sombrio com que o Projeto da Comissão de Sistematização nos ameaça.

Contra isso e contra os adversários da liberdade, do crescimento econômico e do progresso do povo brasileiro, ergueu-se o Centrão, com toda sua diversidade de caracteres e problemas. Seu projeto não é o ideal, mas o possível, porque foi calcado sobre uma metodologia inadequada, assistemática, com deficiências e contradições jurídicas oriundas do projeto da Sistematização. Mas poderá ser, ao menos, a tábua de salvação da Assembleia Nacional Constituinte, submetida a um processo singular e confuso de elaboração constitucional onde predominaram as vozes esquerdizantes e as tentativas de aprovação de textos sem o necessário suporte de sua maioria.

Pretendeu-se com o projeto da Sistematização provocar uma implosão jurídico-institucional, substituindo sagrados institutos jurídicos por formas alienígenas inadequadas; busca-se afastar o País do concerto das nações ocidentais neste mesmo momento em que os países socialistas tentam libertar-se de seus grilhões ideológicos para voltar-se a uma economia aberta e progressista e a um regime político plural e moderno; procurou-se colocar o País na trilha inversa à percorrida, hoje, por todo o mundo, inclusive o oriente-socialista, posicionando-o de forma irremediavelmente isolada, quer quanto a investimentos de capital, quer quanto à elevação de seu padrão tecnológico.

Hoje, todos sabemos, ou nosso país emerge do seu atraso pela inserção de sua economia no campo internacional, via intercâmbio tecnológico e de capitais, ou ficaremos para trás, como tantas outras nações que, impregnadas por um tipo de nacional-socialismo canhestro e obscurantista, mergulharam seus destinos em períodos de triste retrocesso.

Por isso é que o projeto do Centrão, ao superar suas próprias deficiências, é o possível para o reerguimento do País e a salvaguarda de suas instituições democráticas. Poderá ser ainda aperfeiçoado e, para isso, contamos com a boa vontade de todos os constituintes de quantos se interessarem pelo processo de elaboração constitucional. O projeto da Comissão de Sistematização que se mostrou, em sua maior parte, incapaz de produzir um texto moderno, já que revigora preceitos de meio século atrás, é o que se busca evitar. Sobretudo os pontos cuja aprovação representaria a colocação do País e de seu povo na contramão do desenvolvimento e da emancipação política e econômica.

Ainda bem que a grande maioria do povo brasileiro que trabalha, produz e paga impostos, despertou a tempo, dando a este expressivo movimento político que é o Centrão o generalizado apoio de que necessita para, de fato, produzir uma Constituição autenticamente brasileira.